

# “Clara como céu, escura como água do Luembe”: trajetórias, usos e significados das contas de vidro entre as populações da África Centro-Ocidental (Lunda, 1884-1888)

**Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida<sup>1</sup>**

1. Doutoranda em História Social (FFLCH/USP), docente na faculdade Piaget e bolsista FAPESP. Email: <marcinhapacito@usp.br>.

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo explorar a polissemia das contas de vidro entre as sociedades centro-ocidentais africanas descritas pelo expedicionário português Henrique Augusto Dias de Carvalho em sua incursão pela região da Lunda (África Centro-Ocidental) no final do século XIX. Por meio das narrativas sobre as populações africanas e de aspectos de sua cultura material registrados pelo viajante europeu, buscamos discutir os múltiplos usos sociais, culturais, políticos e econômicos que as chamadas contas vítreas alcançaram entre os grupos locais, relativizando, por sua vez, determinadas interpretações que concebiam tais artigos como meras “bugigangas” solicitadas pelos povos centro-africanos. Reconhecidas como um dos itens indispensáveis por figuras como expedicionários, mercadores e missionários que almejavam percorrer diferentes territórios africanos, as contas de vidro possibilitam compreender as distintas formas de inserção desses objetos no cotidiano das populações centro-ocidentais africanas. Partindo desta chave analítica, que privilegia o entendimento dos fenômenos de apropriação e ressignificação de artigos europeus, especificamente as contas, no universo social das populações locais, o presente artigo visa ressaltar as potencialidades dos estudos da cultura material para uma compreensão mais aprofundada das interações estabelecidas entre europeus e africanos no final do século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contas vítreas. Henrique de Carvalho. África Centro-Ocidental. Cultura material. Relatos de viagem.

“Clear as the sky, dark like Luembe’s water”: trajectories, uses and meanings of the glass beads between the peoples of the West-Central Africa (Lunda, 1884-1888)

**ABSTRACT:** This article aims to explore the polysemy of glass beads between African Central Western societies described by the Portuguese expeditionary Henrique Augusto Dias de Carvalho in his incursion through the Lunda’s region (West Central-Africa) in the late nineteenth century. Through the narratives of African populations and aspects of their material culture recorded by the European traveler, we intend to discuss the multiple social uses, cultural, political and economic factors that

2. Carvalho (1890a, 1892, 1893 e 1894).

3. Carvalho (1890b).

calls glass beads had reached between local groups, relativizing, in turn, certain interpretations which had conceived such items as mere “trinkets” requested by the central African people. Recognized as one of the essential items by figures such as expeditionaries, merchants and missionaries who aimed to visit other African territories, the glass beads allow us to understand the different forms of insertion of these objects in the daily life of African Central Western populations. From this analysis key that focuses on understanding the phenomena of appropriation and reinterpretation of European goods, specifically the glass beads, in the social universe of the local population, this article aims to highlight the potential of the material culture studies to further understanding of the interactions established between Europeans and Africans in the late nineteenth century.

KEYWORDS: Glass Beads. Henrique de Carvalho. West-Central África. Material culture. Travel writings.

## 1. Introdução

Congregando interesses comerciais, políticos, militares e científicos, a expedição liderada pelo major português Henrique Augusto Dias de Carvalho rumo ao centro do Império Lunda desdobrou-se em diferentes registros que buscavam descrever a viagem realizada pelo interior da África Centro-Ocidental entre os anos de 1884 e 1888. Dentre o diversificado acervo documental proveniente da expedição, os quatro volumes de *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãnvua*<sup>2</sup> e a obra *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*<sup>3</sup>, editadas entre 1890 e 1894, apresentam-se como esferas privilegiadas para a compreensão das interações históricas travadas entre portugueses e centro-africanos no último quartel do Oitocentos. Partindo dessa perspectiva mais ampla, sustentamos que os diferentes registros sobre a cultura material africana que permeiam as obras citadas apontam para a necessidade de reconhecer de que maneira o estudo sobre os objetos, a partir de suas circulações e ressignificações, é capaz de revelar certas práticas sociais, culturais, econômicas e políticas estabelecidas pelas populações africanas descritas por Henrique de Carvalho.

De maneira mais específica, adotando como eixo norteador as diversas menções sobre os usos das contas de vidro pelas sociedades locais observadas pelo expedicionário português, almejamos neste artigo tecer algumas considerações sobre como os fenômenos de incorporação de determinados objetos podem ser lidos como expressões identitárias, códigos sociais e hierarquias políticas no âmbito dessas sociedades e de suas relações com os europeus. Nesse sentido, por meio dos diferentes registros sobre a trajetória das chamadas contas vítreas, pretendemos identificar não apenas o lugar de projeção da cultura material na construção de saberes europeus sobre as populações centro-ocidentais africanas, como também captar elementos que evidenciam os distintos agenciamentos sociais inseridos nessa dinâmica.

Antes de enveredarmos pelos circuitos das contas de vidro, torna-se indispensável apresentarmos breves apontamentos sobre o cenário histórico no qual a expedição que tencionava atingir a capital do Império Lunda se enquadrava, bem como discorrer de maneira sucinta sobre o perfil das publicações derivadas dessa incursão, sublinhando o papel de destaque ocupado pela cultura material no referido contexto.

4. Costa e Silva (2012).

5. Wesseling (2008, p. 98-101).

6. Brunschwig (2006, p. 78-101).

## 2. Movimentações europeias pelo interior do continente africano nas últimas décadas do século XIX

A viagem realizada pelo militar português Henrique de Carvalho rumo ao interior da porção centro-ocidental do continente africano entre os anos de 1884 e 1888 se insere em um quadro histórico mais amplo do movimento de expedições à África que conjugavam interesses econômicos, militares e científicos encabeçadas por diversas nações europeias ao longo da segunda metade do século XIX. Embora o território mencionado fosse alvo do interesse de viajantes e mercadores europeus desde pelo menos o século XV, como aponta uma série de fontes documentais e estudos,<sup>4</sup> foi durante o século XIX que se intensificaram as iniciativas de reconhecimento e penetração efetiva no interior do continente.

As transformações das estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais ocorridas no cenário internacional, principalmente a partir da década de 1870, impulsionaram a “corrida” das potências europeias à África. Nesse processo, a consolidação do sistema capitalista mundial e a demanda por matérias-primas capazes de sustentar o acelerado desenvolvimento industrial atraíram os olhares de países como França, Inglaterra, Bélgica e Alemanha a determinadas regiões do continente africano e acentuaram a disputa entre as nações.

Nesse contexto, a exigência pela abertura dos mercados e o direito à livre concorrência no continente africano figuravam no centro desses interesses. No tabuleiro das relações internacionais, uma série de eventos e ações evidenciou o lugar-chave que o continente africano passou a ocupar perante os projetos imperialistas de certos países europeus. A realização da Conferência Geográfica de Bruxelas, promovida pelo rei Leopoldo II em 1876, e a criação, no bojo dessa reunião, da Associação Internacional Africana (AIA), presidida pelo monarca belga e sediada em Bruxelas, de certa forma sinalizavam o desejo de controle sobre a porção central do continente.<sup>5</sup> Na esteira desses acontecimentos, o acirramento das disputas entre os países europeus culminou anos mais tarde na Conferência de Berlim (1884-1885), reunião na qual, entre outras resoluções, ratificaram-se os princípios do livre-comércio e da livre navegação nas bacias do Níger e do Congo.<sup>6</sup>

Como vimos, marcado por razões de ordem econômica, política, social, cultural e por embates diplomáticos, o processo de expansão europeia em direção à África pautou-se na articulação de diversos interesses. Nessa conjuntura, as expedições promovidas pelos países europeus que visavam explorar regiões

7. Sobre as transformações nas relações travadas entre Portugal e a África ao longo do século XIX, ver, entre outros trabalhos, Henriques (1997), Dias (2013, p. 69-93) e Santos (1998).

8. Para diferentes leituras sobre os níveis de participação das elites portuguesas nos debates acerca dos rumos das possessões africanas ao longo do século XIX, ver Marques (1999) e Alexandre (2000).

9. No que diz respeito ao papel da Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1875, na conformação dos programas científicos das expedições portuguesas no final do século XIX com destino a diferentes partes de seu domínio ultramarino, ver Pereira (2005).

10. Pereira (2012a, p. 22).

11. Divididas em 19 itens, as metas estabelecidas para a expedição encontram-se detalhadamente

situadas mais ao interior do continente africano operaram como um dos principais vetores das aspirações imperiais encabeçadas por nações como França, Inglaterra, Bélgica e Alemanha, por exemplo. Financiadas pelo governo, por companhias comerciais e por associações religiosas, muitas expedições também incorporavam em sua agenda ambições científicas.

Nesse panorama, Portugal não se esquivou de acompanhar o movimento internacional de crescente interesse pelos territórios africanos. Durante o Oitocentos, as interações há séculos estabelecidas entre a Coroa portuguesa e as regiões ultramarinas sob sua influência foram paulatinamente redesenhadas.<sup>7</sup> Diante dessas reconfigurações estabelecidas entre a Coroa lusa e suas possessões africanas, a busca, cada vez maior, por outros produtos que não a mão de obra escravizada, como a cera de abelha, a goma, a urzela, o marfim, a borracha e, a princípio, e em menor medida, gêneros agrícolas como o café, o algodão e a cana-de-açúcar, evidenciavam a necessidade de Portugal assegurar sua participação no comércio internacional.

Impactado pelo esfacelamento do Império Luso-brasileiro e diante da pressão exercida pelo avanço das demais potências europeias, o Estado português passou a concentrar, cada vez mais, suas atenções para os espaços africanos sob sua soberania. Assumindo um caráter mais denso a partir da segunda metade do século XIX, o debate sobre o lugar das possessões ultramarinas africanas norteou as discussões sobre a política colonial portuguesa, dividindo opiniões de diversos setores sociais<sup>8</sup> e impulsionando uma série de ações e estratégias direcionadas aos territórios africanos sob a influência lusa. É nesse cenário, portanto, pautado por intensas remodelações nos contatos estabelecidos entre Portugal, as diferentes nações europeias e as populações da África Central que se torna possível apreendermos o papel da expedição portuguesa liderada por Henrique de Carvalho em direção à Lunda.

### 3. A Mussumba do Muatiãnvua: alvo da expedição

Promovida pelo governo português e apoiada por diversas instituições – como a Sociedade de Geografia de Lisboa<sup>9</sup> e associações comerciais voltadas para o debate de assuntos coloniais –, a viagem com destino à região da Lunda abarcava diversificados interesses. Iniciada a partir do desembarque dos membros que compunham a expedição em Luanda no dia 31 de maio de 1884, a viagem só seria concluída quase quatro anos depois, com o retorno dos expedicionários a Lisboa em 11 de maio de 1888. Chefiada pelo militar Henrique de Carvalho, figura que possuía significativa experiência em incursões por territórios ultramarinos, a expedição ambicionava atingir a Mussumba (capital do Império Lunda), território de difícil acesso aos viajantes europeus, situado a aproximadamente 1.300 quilômetros de distância do litoral atlântico.<sup>10</sup>

De maneira sintética, a leitura das “Instruções”<sup>11</sup> direcionadas para a expedição, elaboradas pelo ministro da Marinha e do Ultramar, Manuel Pinheiro

Chagas, permite afirmar que os principais objetivos da viagem se assentavam no reestabelecimento das relações comerciais travadas com o Muatiãnvua e com os demais potentados existentes no interior, no estudo científico, na recolha de exemplares da fauna e da flora<sup>12</sup> da região percorrida e na fundação das chamadas “estações civilizadoras”, conjunto de edificações que atuavam como bases de apoio a viajantes e comerciantes que se deslocavam por territórios mais afastados do litoral.<sup>13</sup>

Neste ponto, cabe mencionarmos alguns aspectos sobre as estruturas do Império da Lunda.<sup>14</sup> Ocupando vasta região situada entre o extremo nordeste do atual território de Angola e o sul da atual República Democrática do Congo, o Império da Lunda era formado por sociedades que possuíam línguas e práticas culturais distintas e que pagavam tributos ao Muatiãnvua, soberano lunda. Vale ressaltar que o acesso à Mussumba,<sup>15</sup> núcleo político do Império, permaneceu, ao longo do século XVII e parte do XIX, pouco acessível devido ao controle praticado pelos povos bangalas do reino de Cassanje, os quais, ao desempenharem um papel de intermediários das redes do comércio transatlântico, dificultavam a penetração europeia acima dos limites do rio Cuango.<sup>16</sup> Localizada a aproximadamente 300 quilômetros para além do rio Cassai, a região da Lunda foi considerada, durante muito tempo, uma das maiores fornecedoras de mão de obra escravizada enviada para as costas de Angola.<sup>17</sup> Até meados do século XIX, esse poder centro-africano exerceu profunda influência no cenário das relações econômicas e políticas do referido território. Já nas últimas décadas do Oitocentos, a estrutura do Império sofreria profundos abalos, sucumbindo ao ataque das populações quiocas, grupo que mantinha laços de parentesco com os lundas, mas que possuía uma configuração política distinta.<sup>18</sup> O processo de desintegração do Império governado pelo Muatiãnvua culminou na ocupação da Mussumba pelos quiocos no ano de 1887.

Como mencionamos anteriormente, no período em que a expedição rumo à Mussumba do Muatiãnvua se realizou, vários pontos da África Centro-Ocidental assistiram à intensa movimentação de representantes de diferentes potências europeias que discutiam estratégias para delimitar a participação dos diversos países nessa nova configuração das relações internacionais. Para além das especificidades contidas nos projetos imperiais defendidos por esses países, pontuamos que a disputa pelo acesso aos valiosos recursos naturais que alimentavam o mercado mundial destacava-se como interesses centrais nesse contexto. Assim, perante os crescentes avanços de emissários provenientes de países como a Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra, os esforços dispensados por Portugal para tentar assegurar sua influência nas regiões mais afastadas do litoral africano demonstravam-se urgentes.

Nesse sentido, as expedições subvencionadas pela nação portuguesa entre as décadas de 1870 e 1880, especialmente nas zonas entre Angola e Moçambique,<sup>19</sup> tornaram-se peças fundamentais no jogo das disputas imperiais que ameaçavam os “direitos históricos” portugueses nas regiões. Frente a um quadro

reproduzidas em Chagas (1890, p. 35-42).

12. Para uma descrição mais detalhada sobre as espécies botânicas coletadas durante a expedição e enviadas ao Museu da Universidade de Coimbra, ver Perpétuo; Gonçalves; Sales (2012, p. 221-233).

13. Ao longo do trajeto percorrido pela expedição foram instaladas dez “estações civilizadoras”. Alocadas geralmente próximas aos potentados, suas construções se viabilizavam somente após a autorização das lideranças locais.

14. Ainda que os limites temáticos estabelecidos por este artigo não se concentrem na problematização das particularidades envolvidas na escolha de termos para designar a conformação do complexo sociopolítico lunda, ressaltamos que autores como Tavares (2009, p. 30) discorrem acerca das dificuldades envolvidas na busca por conceitos adequados na caracterização da formação política lunda. Cientes das diversas problemáticas contidas nos usos de conceitos como “reino”, “império”, “federação”, “Estado” e “commonwealth”, optamos por utilizar as palavras “império” e “Estado” por serem as expressões mobilizadas por Henrique de Carvalho em suas publicações.

15. De acordo com Henrique de Carvalho, a Mussumba possuía natureza itinerante, podendo ser feita e desfeita de acordo com os interesses do Muatiãnvua. Para uma descrição mais pormenorizada sobre a disposição física da Mussumba, conferir Carvalho (1890b, p. 223).

16. Henriques (1997, p. 16-17).

17. Dias (1998, p. 335).

18. Dias (2003, p. 17- 47).

19. Além da expedição chefiada por Henrique de Carvalho, destacamos as viagens realizadas por Hermenegildo Capello e Roberto Ivens (entre 1877 e 1880 e entre 1884 e 1885) e Alexandre de Serpa Pinto (entre 1877 e 1879 e entre 1885 e 1886), que percorreram distintas áreas entre as regiões que compreendem os territórios de Angola e Moçambique.

20. Henriques (1997, p. 139-140).

21. Sobre o perfil da Sociedade de Propaganda dos Conhecimentos Geográficos Africanos (SPCGA), ver Freudenthal (2001, p. 165).

22. Além dos nomes citados, Henrique de Carvalho havia sugerido o missionário Antonio Castanheira Nunes para acompanhar a expedição. No entanto, o religioso optou por não participar da viagem, alegando, entre outros motivos, sua idade avançada, o pouco tempo para sua aposentadoria e as baixas remunerações. Carvalho (1890a, p. 85).

23. Recentemente a investigação acerca da participação de africanos e

permeado por tensões e disputas internacionais, tornava-se fundamental organizar uma expedição integrada por figuras experientes com o intuito de garantir o êxito da missão à Lunda. Desse modo, a viagem com destino à Mussumba do Muatiãnvua foi confiada a um grupo composto por sujeitos que apresentavam diversas habilidades e que haviam ocupado diferentes cargos em territórios da África e do Oriente.

Nascido em Lisboa em 1843, Henrique de Carvalho realizou seus estudos secundários no Colégio Militar e, posteriormente, frequentou a Escola do Exército e a Escola Politécnica. No período em que se tornou responsável por chefiar a expedição à Lunda, Henrique de Carvalho atuava no Serviço de Obras Públicas de Luanda como major e engenheiro auxiliar, setor em que permaneceu entre 1877 e 1882. Até aquele momento, Carvalho havia acumulado ampla experiência em distintas possessões portuguesas, já que entre os anos de 1867 e 1877 havia circulado por Macau, São Tomé e Moçambique.<sup>20</sup> Complementando as atividades relacionadas ao ambiente ultramarino, também ressaltamos suas vinculações com a Sociedade de Geografia de Lisboa, na condição de sócio correspondente desde 1876, e sua participação como um dos fundadores da Sociedade de Propaganda dos Conhecimentos Geográficos Africanos (SPCGA) em Luanda na década de 1880.<sup>21</sup> As conexões travadas entre Henrique de Carvalho e as referidas instituições se demonstram reveladoras do interesse pela investigação de cunho científico mantido pelo militar acerca dos ambientes ultramarinos.

Além de Henrique de Carvalho no cargo de chefe, a expedição contou com a presença de Agostinho Sisenando Marques como subchefe, do capitão Manuel Sertório de Almeida Aguiar como ajudante e fotógrafo e do empregado Augusto César.<sup>22</sup> Sisenando Marques, farmacêutico e major reformado que havia atuado no serviço de saúde de São Tomé e Príncipe por treze anos, também se destacou na direção do observatório meteorológico da ilha e nos estudos de sua fauna e flora. Já Manuel Sertório de Almeida Aguiar, tenente do exército da África Ocidental e chefe do Conselho de Massangano, possuía mais de uma década de serviços prestados na Guiné, Cabo Verde e Angola, além de se dedicar ao trabalho fotográfico. No entanto, é necessário pontuar que embora essa equipe de origem portuguesa fosse composta por figuras que possuíam bom conhecimento sobre parte do espaço ultramarino, sua passagem por terras mais longínquas situadas fora da área de influência direta de Portugal foi viabilizada por meio da aplicação de saberes, técnicas e práticas advindas da participação dos trabalhadores, carregadores e intérpretes centro-africanos e luso-africanos cujas experiências foram essenciais para garantir a penetração do grupo no interior do continente, conforme apontam diversos estudos.<sup>23</sup>

#### 4. As narrativas da expedição à Lunda e suas múltiplas linguagens

Os anos de incursão da expedição liderada por Henrique de Carvalho por terras centro-africanas resultaram em diferentes obras que começaram a ser

publicadas a partir de 1890. A intenção de descrever com minúcia as situações enfrentadas durante a viagem, a fim de oferecer um registro preciso aos leitores, deu vazão a uma ampla gama documental dedicada aos mais variados assuntos e que conjugavam desde observações feitas ao longo do caminho, informações recolhidas por meio do contato com as sociedades locais até referências transmitidas por outros viajantes por meio de publicações. Os escritos referentes à expedição procuravam dar conta de diversos temas que abarcavam desde estudos sobre o clima, a geografia, a botânica da região até investigações sobre as línguas e os aspectos da organização das sociedades centro-africanas contatadas ao longo do percurso.

Além das mencionadas obras *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* e *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, os apontamentos de viagem serviram como materiais para a elaboração de outros livros, como *Método prático para fallar a língua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos* (1890), *A Lunda ou os estados do Muatiânvua: domínios da soberania de Portugal* (1890) e *Meteorologia, Climalogia e Colonisação. Estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionaes e estrangeiros: modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola* (1892). Já os trabalhos fotográficos realizados ao longo da expedição deram origem ao *Album da Expedição ao Muatianvua* (1887), material composto por fotografias tiradas pelo capitão Sertório de Aguiar acompanhadas por legendas e comentários assinados por Henrique de Carvalho.

Composta por quatro volumes, os quais correspondem às diferentes etapas do percurso da viagem, a obra *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* foi editada entre 1890 e 1894. Foco também de nossa análise é a obra *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, publicada em 1890. Dividido em dez capítulos, este último livro se propõe a apresentar uma investigação pormenorizada acerca de diversos temas, como as origens, habitações, “dialetos” e costumes “mais notáveis” dos povos da Lunda. A leitura das obras selecionadas fornece elementos sobre as observações feitas por Henrique de Carvalho acerca da cultura material centro-africana a partir da coleta etnográfica realizada durante a incursão, das atividades comerciais e das trocas de objetos estabelecidos entre a expedição e os habitantes do interior africano, além de registros visuais (representados pelas gravuras que integram as publicações) sobre vestuário, adornos e insígnias de poder, ou seja, elementos que compõem a vida material e que, portanto, integram-se aos circuitos de relações culturais, políticas, sociais e econômicas das populações descritas por Carvalho.

Comparativamente, se os quatro volumes da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* procuram narrar as diversas situações enfrentadas ao longo da viagem, em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* percebemos um esforço voltado para o desejo de tentar “radiografar”, a partir da elaboração de uma escrita modelada pela investigação científica, diferentes aspectos referentes ao modo de vida dessas populações. Dito em outras palavras,

a incorporação de seus conhecimentos para o êxito das expedições foram temas de algumas pesquisas historiográficas, como nos demonstram os estudos empreendidos por Heintze (2004), Rodrigues (2011, p. 81-102) e Ribeiro (2013).

24. Um interessante exemplo de análise sobre a circulação de mercadorias, artefatos e saberes no espaço atlântico durante o período da expansão

não estamos desconsiderando a presença de elementos que procuram conferir um rigor “objetivo” aos relatos que compõem os livros da *Descrição*, mas sim, frisar que tal preocupação se apresenta de maneira ainda mais latente ao longo dos capítulos de *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*.

Como buscaremos melhor discutir nas páginas seguintes, o grande interesse pelo universo material desses grupos estava intimamente ligado à tentativa de avaliar e escalonar, pelos parâmetros culturais ocidentais, o estágio de desenvolvimento dos povos não europeus. Dessa maneira, ao entrecruzarmos as análises das obras *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãnvua e Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* torna-se evidente o lugar-chave ocupado pela cultura material nessas descrições. Acreditamos que tal exercício também possibilita examinar, a partir dos elementos elencados por Henrique de Carvalho, certas questões referentes ao circuito de produção, uso e atribuição de distintos significados aos artefatos africanos.

5. Entre a etnografia, a curiosidade e o comércio: possibilidades investigativas a partir da circulação de objetos

A atenção dispensada ao registro das diversas tipologias de objetos figurou entre os muitos esforços direcionados para a tentativa de avaliar o modo de vida das populações centro-africanas ao longo do caminho percorrido até a Mussumba do Muatiãnvua. Notada em diferentes contextos – fosse pela via científica, na observação minuciosa acerca das etapas de fabricação de certos artefatos e suas formas de uso a fim de verificar o estágio de desenvolvimento das populações; fosse pela via comercial, na percepção sobre os artigos europeus mais desejados pelos africanos durante as transações mercantis ou pela descrição do que era considerado “exótico” aos olhos europeus no que diz respeito ao uso de determinados tipos de adornos e vestuários, por exemplo –, a menção à cultura material correspondia ao esforço de tornar inteligíveis os códigos e as estruturas nos quais se alicerçavam os modos de vida das sociedades africanas.

Enfatizamos que o interesse europeu pela aquisição de artefatos provenientes de outros continentes desempenhou, ao longo dos séculos, um papel de relevo no processo de construção de saberes europeus sobre os territórios e povos além de suas fronteiras. Embora circulassem na Europa desde a Alta Idade Média, foi a partir do período das Grandes Navegações que o trânsito desses artigos foi potencializado.<sup>24</sup> Despertando a curiosidade de monarcas, nobres e naturalistas que, por diferentes motivações, adquiriam as peças advindas do comércio transatlântico para a formação de coleções, tais expressões materiais eram, muitas vezes, interpretadas como uma espécie de síntese do “exotismo” das regiões ultramarinas.

Assim como os artefatos oriundos dos continentes asiático e americano, os objetos de origem africana também se enquadravam na esteira desse movimento.

Segundo Jan Vansina, data do final do século XV, em 1470, a menção mais antiga a objetos produzidos nas regiões subsaarianas do continente e enviados para a Europa.<sup>25</sup> Entre os séculos XVI e XVII, um grande volume desses artefatos abasteceu os acervos dos “gabinetes de curiosidades”, espaços privados que, em linhas gerais, eram destinados a abrigar e a exibir variados exemplares da cultura material, espécimes do reino vegetal, animal e mineral, em sua boa parte provenientes de territórios não europeus. Nesse sentido, se entre os séculos XVI e XVII o interesse, manifestado por figuras pertencentes à nobreza e ao círculo letrado de certos países da Europa, em reunir estes objetos se dava de uma maneira um tanto quanto aleatória, já que, apesar de seguir uma determinada organização, era muito mais estimulado pelo desejo de acumular “coisas pitorescas” do que por um princípio classificatório, foi durante o século XVIII que notamos uma gradativa transição no perfil desses lugares.<sup>26</sup> Isso porque, com a difusão do pensamento iluminista, o processo de recolha e o agrupamento desses artefatos passaram a ser norteados por critérios pautados pela tentativa de sistematizar, catalogar e avaliar tais peças. Dessa maneira, a aplicação de métodos científicos de observação e categorização da natureza contribuiu para imprimir novas concepções a esses espaços, os quais, nesse período, também passaram a ser vistos como ambientes capazes de propiciar estudos e investigações de cunho científico.

Foi ao longo do século XIX, entretanto, período marcado pela institucionalização de disciplinas como a Antropologia e a Etnologia, entre outras, que o sistema de categorização, baseado nas ciências naturais, desses objetos em acervos e coleções atingiu níveis ainda mais elevados. A criação dos primeiros museus de cunho etnográfico nos Estados Unidos e na Europa<sup>27</sup> se deu no referido contexto: revestidos de um *status* de “objetos etnográficos”, os artefatos recolhidos para a composição de acervos museológicos durante incursões promovidas por países europeus em outros continentes revelaram-se também como pilares fundamentais no conjunto de discursos e ações direcionados para sustentação e legitimação do domínio imperialista sobre as regiões não europeias. Assim, como aponta uma série de estudos desenvolvidos nas últimas décadas,<sup>28</sup> as interações estabelecidas entre museus, antropologia e cultura material agiram como importantes suportes dos projetos imperialistas durante a segunda metade do século XIX e parte do XX, contribuindo para moldar determinadas percepções e imaginários sobre as diferentes sociedades da África, da Ásia, da América e da Oceania.

Particularmente no caso do continente africano durante a segunda metade do XIX, muitos foram os objetos recolhidos por expedições comerciais, científicas, militares e missões religiosas organizadas por países como Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha e enviados para museus da Europa. Respondendo a diversos objetivos, os artefatos revelavam-se ao mesmo tempo como provas tangíveis das ações expedicionárias nesses espaços e como instrumentos para dimensionar, sob o ponto de vista europeu, o estágio de desenvolvimento das sociedades locais. Nesse contexto, inúmeros exemplares da cultura material foram deslocados de diferentes zonas africanas para compor acervos públicos e privados ao redor do mundo. De acordo

ultramarina europeia no século XVII pode ser verificado no livro de Mariana de Campos França, no qual a pesquisadora discute tais relações a partir da formação da coleção particular do conde Maurício de Nassau entre 1637 e 1644. Ver França (2014, p. 52-67).

25. Vansina (1984, p. 19).

26. Para diferentes enfoques sobre os processos históricos de conformação dessa instituição, conferir os artigos publicados em Figueiredo; Vidal (2005).

27. Citamos como exemplos a criação do National Museum de Leiden (1837),

do Museu Etnográfico de São Petersburgo (1866) e do Peabody Museum (1866), cf. Schwarcz (2005, p. 125).

28. Sobre o tema, sugerimos as seguintes leituras: Barringer; Flynn (1998); Coombes (1994); Edwards; Gosden; Phillips (2006); Henare (2005); Keim; Schildkrout (1998) e Stocking (1985).

29. Keim; Schildkrout (1998, p. 23).

30. Ocorrida em 1897 sob a liderança do almirante Harry Rawson, a chamada “expedição punitiva” ao oba (dirigente) do Benin, na África Ocidental, situa-se entre os exemplos mais paradigmáticos de intervenções extremamente violentas que culminaram na destruição do reino e na pilhagem de centenas de peças, como esculturas de madeira e marfim e placas de bronze, que foram saqueadas por oficiais ingleses do palácio real do Benin. Transportados para a Europa, os objetos roubados foram distribuídos entre diferentes museus britânicos e vendidos para colecionadores particulares. Coombes (1994, p. 7-28).

31. Maria Manuela Cantinho Pereira chama a atenção para a amplitude da denominação “produtos coloniais”. Segundo a autora, tal classificação abarcava desde itens do reino vegetal, mineral e animal até artefatos provenientes das regiões ultramarinas. Pereira (2005, p. 311).

32. As peças recolhidas durante a expedição à Lunda passaram recentemente por um processo de restauração e atualmente integram o acervo do Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Sobre as etapas de

com as estimativas feitas por Schildkrout e Keim, é muito provável que entre 70 e 100 mil objetos tenham sido remetidos da região do Congo (África Central) para diversos museus e coleções localizados na Europa e nos Estados Unidos no período anterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).<sup>29</sup> Obtidos por meio de diferentes procedimentos – permutas, recolhas etnográficas, compras, saques e roubos<sup>30</sup> –, a história do trânsito desses objetos que foram retirados de seu circuito original e inseridos em coleções e museus não deve ser apartada da compreensão de práticas atravessadas por embates, negociações, atos de violência física e simbólica.

Comparativamente a outras potências coloniais que disputavam territórios no continente africano no final do século XIX, Portugal ocupou posição tardia no que diz respeito à formação de instituições e acervos voltados para salvaguardar, exibir e produzir, de maneira sistematizada, um “saber colonial” a partir de diferentes objetos recolhidos em expedições, missões e campanhas. Tal panorama não impede, entretanto, de reconhecer o profundo interesse que determinados núcleos e instituições portuguesas engajadas na política colonialista, como a Sociedade de Geografia Comercial do Porto, o Museu Colonial e a Sociedade de Geografia de Lisboa manifestavam acerca da obtenção de exemplares dos chamados “produtos coloniais”<sup>31</sup> que eram, em muitas situações, ofertados aos acervos dessas instituições por agentes da Coroa portuguesa que se encontravam em ambientes ultramarinos.

Buscando corresponder a essas demandas, verificamos semelhante atenção à atividade de coleta de objetos na expedição liderada por Henrique de Carvalho, a qual também procurou reunir variados artefatos ao longo da viagem e enviá-los a Portugal para integrarem uma coleção etnográfica.<sup>32</sup> Sobre esse ponto, é interessante destacar, no entanto, que a recolha de exemplares da cultura material durante a expedição não se constituiu como recomendação específica emitida pelo governo português ou pelas demais instituições que apoiaram a incursão à Lunda. Nesse sentido, conforme já pontuaram Maria Manuela Cantinho Pereira<sup>33</sup> e Lia Santos Jorge<sup>34</sup>, autoras que se aprofundaram no estudo acerca do processo de recolha e formação da referida coleção, tal interesse pela coleta etnográfica estaria mais atrelado aos anseios pessoais de investigação científica manifestados por Henrique de Carvalho que às determinações oficiais. Na concepção do chefe da expedição, paralelamente à publicação dos variados estudos realizados ao longo da viagem, fazia-se necessária a criação de museus “bem organizados” capazes de abrigarem os distintos exemplares obtidos e atuarem como centros de investigação sobre as “raças da África Intertropical”.<sup>35</sup>

No que se refere ao processo de recolha da cultural material, longe de se configurar como uma seleção aleatória, a escolha de tais objetos se deu de maneira diversificada e procurou captar, dentro das limitações impostas pelo transporte das coleções ao longo da viagem,<sup>36</sup> as diferentes expressões materiais dos grupos sociais centro-africanos envolvidos com a expedição portuguesa. De acordo com os levantamentos realizados por Manuela Cantinho Pereira e revisitados por Lia Santos Jorge, entre os 58 objetos que atualmente integram a Coleção

Henrique de Carvalho, é notável a preponderância de peças relacionadas à esfera do poder. De acordo com o quadro de incidências de recolha da coleção Henrique de Carvalho, entre os objetos coletados destacam-se 18 peças referentes às insígnias de poder, adornos e vestuário, e 16 itens relacionados a utensílios domésticos.<sup>37</sup>

O contato com as narrativas derivadas da expedição também permite visualizar como numerosas referências aos itens que despertavam o interesse etnográfico de Henrique de Carvalho povoam as páginas das publicações *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* e da *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* (Figura 1).

conservação e restauro das peças, ver Jorge (2008; 2012, p. 234-243).

33. Pereira (2005, p. 347-406; 2012, p.124-147).

34. Jorge (2008, p. 38).

35. Carvalho (1890b, p. 9).

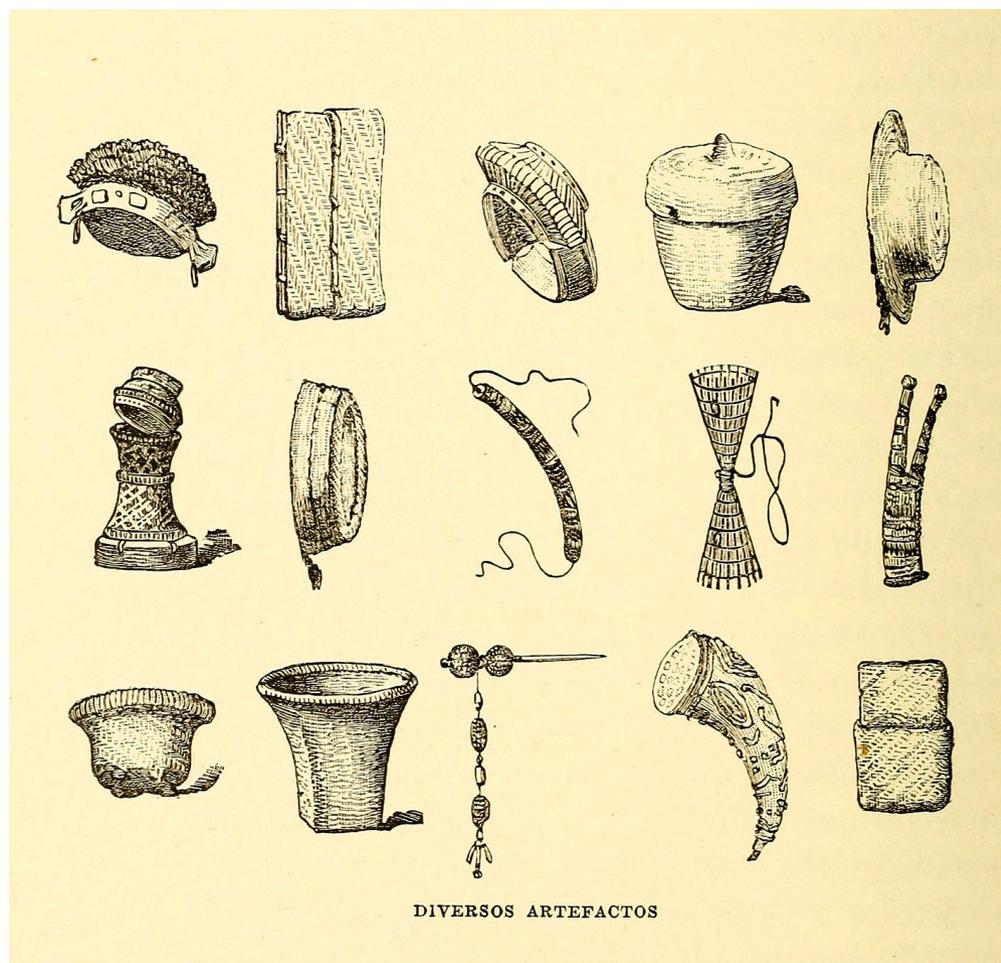


Figura 1 – Diversos artefactos. Carvalho (1893, p. 360).

Para além da intenção de captar a diversidade do repertório material dos diferentes grupos sociais centro-africanos, especialmente lundas, quiocos e congos, a grande incidência de peças recolhidas que revelam a incorporação de manufaturas europeias, particularmente os artigos mobilizados pelos agentes do comércio português, como tachas de metal e contas vítreas, por exemplo, também

36. Sobre as dificuldades envolvidas no deslocamento desse tipo de carga, Henrique de Carvalho pontua: “As collecções que havia adquirido e que por falta de carregadores se tornava bem difficil fazer transportar. Não me sendo possível fazer augmentar o numero d'estas cargas, tive de o limitar ao que me pareceu mais essencial”. Carvalho (1890b, p. 14).

37. Pereira (2005, p. 395-400), Jorge (2008, p. 45-47).

38. A relação traçada por Henrique de Carvalho entre a ideia de “civilização” e comércio apresenta-se evidente em diferentes trechos da narrativa, como podemos atestar logo no início do primeiro volume de *Descrição da Viagem a Mussumba do Muatiãnvua*: “Para nós é principio incontroverso, que a civilização que queremos impor aos Africanos, ou até certo ponto o querer nivelá-los conosco, não se radica, não progride sem a

conduz a outras suposições. Nesse quadro de hipóteses, tais escolhas poderiam sinalizar, sob o ponto de vista europeu, tanto a potencial “capacidade” das populações de se “civilizarem” por meio do comércio,<sup>38</sup> quanto poderiam ter a intenção de atestar, perante a crescente pressão internacional, uma presença portuguesa de longa data nesses territórios frente ao crescente avanço de outros países na região, perceptível na introdução de objetos levados por expedições alemãs, por exemplo.<sup>39</sup> Levando-se em conta os objetivos comerciais da viagem, a recolha de objetos locais que integravam materiais advindos do mercado europeu também poderia atuar enquanto fonte para as associações comerciais portuguesas envolvidas com a expedição, como a Sociedade de Geografia Comercial do Porto, por exemplo, visualizarem quais eram os artigos que possuíam mais aceitação entre as populações locais.

Diante do que foi exposto, é certo que um olhar sobre os lugares ocupados pela cultura material nas narrativas de viagem de Henrique de Carvalho não poderia desconsiderar aspectos relacionados ao processo de recolha dos objetos ao longo da expedição para a composição de uma coleção etnográfica.

No entanto, devemos considerar que tal preocupação descortina uma de muitas possibilidades investigativas, já que as menções à cultura material nas publicações não se restringem à questão da recolha etnográfica, podendo ser detectadas a partir de outros enfoques. Desse modo, levando-se também em conta o caráter comercial da viagem, é de nosso interesse compreender, por meio dos itens mais solicitados pelas populações centro-africanas nas relações comerciais travadas no interior e dos múltiplos usos e significados atribuídos pelas sociedades locais aos artigos estrangeiros, como esses outros registros que envolvem os mecanismos de “africanização”<sup>40</sup> dos objetos europeus são capazes de fornecer elementos para entendermos determinadas práticas sociais, culturais e políticas centro-africanas.

Assim, se por um lado as descrições e a coleta do conjunto de artefatos voltadas para investigação e para formação de uma coleção etnográfica se apresentam como fontes para compreendermos o papel da cultura material no programa das expedições europeias na produção de um conhecimento sobre povos não europeus, por outro lado, tais registros, lidos sob o viés das menções às predileções por certos artigos advindos do comércio transatlântico e da instrumentalização dos mesmos como bens de prestígio e insígnias de poder, também possibilitam apreender as respostas e agências sociais das populações da África Centro-Occidental descritas por Henrique de Carvalho no último quartel do XIX, tema que pretendemos explorar mais pormenorizadamente ao longo das próximas páginas.

## 6. Artigos europeus, usos africanos: a polissemia das contas vítreas

Na trilha de estudos voltados para a reflexão sobre a cultura material, os objetos, compreendidos à luz de suas múltiplas apropriações, trazem à tona dimensões de práticas e estratégias sociais, culturais e políticas. Segundo a

definição dada pelo historiador Ulpiano Bezerra de Meneses, “a expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado”.<sup>41</sup> É certo que a extensão do conceito possibilita construir múltiplas aproximações com as áreas de Antropologia, Arqueologia e Sociologia, por exemplo. Amparando-se nos intercâmbios partilhados entre variados campos disciplinares, uma série de estudos realizados nas últimas décadas vem retomando a discussão acerca da cultura material, atentando para a compreensão de como os objetos não apenas representam, mas mediam e constituem relações sociais.<sup>42</sup>

Sabemos que a investigação acerca dos processos históricos que envolvem as diversas sociedades africanas se ampara na articulação de fontes advindas das narrativas orais,<sup>43</sup> de textos e da cultura material e visual. Nesse sentido, nas últimas décadas muitos pesquisadores têm sublinhado a importância do entrecruzamento de registros de variadas naturezas produzidos por africanos e estrangeiros para se alcançar um entendimento mais aprofundado sobre as dinâmicas que marcaram o continente africano e suas conexões com a Europa, a Ásia e a América. A partir de distintos enfoques, autores como Joseph Miller,<sup>44</sup> Beatrix Heintze<sup>45</sup> e Suzanne Preston Blier<sup>46</sup> destacaram as potencialidades que a cultura material pode apresentar enquanto fonte para a investigação acerca das agências históricas das populações da África Centro-Occidental.

Partindo dessa perspectiva, o reconhecimento das preferências comerciais africanas possibilita entender como tais predileções, manifestadas no âmbito de diferentes contextos que envolviam permutas artefatuais ao longo da expedição, apresentavam-se profundamente atreladas aos usos e significados que as sociedades da África Centro-Occidental atribuíam aos artigos estrangeiros. Sobre a importância de se examinar as “biografias das coisas” para compreendermos fenômenos sociais mais amplos, Igor Kopytoff pontua: “o que é significativo sobre a adoção de objetos estrangeiros – e ideias estrangeiras – não é a sua adoção, mas sim a maneira pela qual eles são culturalmente redefinidos e colocados em uso”.<sup>47</sup> Aproximando-se dessa perspectiva, mencionamos também as reflexões elaboradas por Isabel Henriques acerca das diferentes formas de integração que as armas de fogo introduzidas pelos europeus tiveram entre diversas sociedades que habitavam o interior centro-africano durante o século XIX. De acordo com a historiadora, se para os grupos bangalas tais objetos eram acumulados como bens de prestígio destinados a autoridades locais, para os quíocos, as mesmas armas de fogo eram empregadas como ferramentas de caça voltadas para dinamizar a busca pelo marfim.<sup>48</sup> Ainda que não tenhamos a pretensão de esgotar tal temática no âmbito deste artigo, procederemos à análise de algumas passagens que evidenciam os inúmeros contornos que determinadas mercadorias estrangeiras, especialmente aquelas solicitadas com maior recorrência, como as contas de vidro, por exemplo, adquiriram no cotidiano das populações que habitavam as zonas da África Centro-Occidental percorridas pela expedição.

Muitas vezes presentes em manifestações materiais coletivas (como espaços dedicados à caça e ao comércio) e individuais (como adornos e amuletos

intervenção do commercio”.  
Carvalho (1890a, p. 22).

39. Ver a descrição feita por Henrique de Carvalho acerca de um capacete de metal do Exército alemão ostentado por uma autoridade quíoca. Carvalho (1890b, p. 346).

40. Considerações importantes a respeito da prática da incorporação, ressignificação e africanização de objetos europeus podem ser encontradas em: Henriques (2004b, p. 363-391).

41. Meneses (1998, p. 100).

42. Appadurai (2010), Daniel Miller (2013) e Pearce (1994).

vinculados à proteção e às práticas mágico-religiosas), os produtos europeus, como tecidos, contarias, fios e tachas de metal, por exemplo, integravam-se com frequência a distintos setores da vida material e simbólica das sociedades locais descritas nas obras estudadas. Referindo-se a uma grande quantidade de toras de madeiras empilhadas e dispostas em formas de retângulos e triângulos encontrados durante a travessia feita em 1885 entre a região de Camaxilo até as margens do rio Cuengo, Henrique de Carvalho discorre no segundo volume da *Descrição da Viagem a Mussumba do Muatiãnvua*:

Isto para os naturaes do paiz e mesmo para os indigenas da nossa província de Angola, representa monumentos, logares sagrados que se conservam intactos pelo respeito que todos lhe consagram. Junto a elles collocam panellas, umas com certas drogas, e de mistura pennas de aves, chifres de diversos animaes cheios de nauseabundas mixordias, onde também prendem fios tirados de cascas de vergontees seccas, fios de metal, etc.; outras panellas contem agua com folhas e rama de diversas plantas. Aos troncos prendem tiras de fazenda, sendo indifferente a qualidade e a cor, conhecendo-se ainda assim preferencia pelas ourelas das baetas, as quaes variam na largura. Aproveitam as formas e as saliências nos troncos para com as suas facas as affeçoarem, procurando dar-lhe semelhanças de cabeças humanas, chegando mesmo a imaginar figuras completas de homens, de mulheres ou de animaes. A estes monumentos chamam uns indigenas *muxaela*, os Ambaquistas chamam-lhe *mabanda* e os Lundas *muquixi-iáquinguma*, distinguindo-se assim estes dos que se fazem nas próprias povoações e de que temos dado noticia. Estes monumentos fazem-se por causa de negocio e por causa da caça [...].

Em alguns d'elles vimos o que chamam—os agradecimentos. São lenços e retalhos de fazendas fluctuando a guiza de bandeiras, e fiadas de missangas e mesmo de contaria grossa enfeitando as toscas esculpturas.

Os monumentos dos caçadores transformam-se quando elles, regressam em tropheus, porque as queixadas, os crânios completos descarnados, e as maiores peças ósseas dos animaes que mataram são presos aos troncos, não sendo indifferentes a posição e o tronco a que se prendem.

São na verdade interessantes estes monumentos, porque mesmo os caçadores extranhos á localidade, examinando o modo por que se collocam as ossadas, o lado para que estão viradas, a disposição dos troncos, as figuras que nestas se vêem, as cores e collocação das tiras, o que contém as panellas, etc, comprehendem immediatamente onde ha caça, a sua qualidade, a distancia a percorrer para a achar, a epocha de maior abundância, os cognomes dos caçadores felizes, o tempo em que caçaram, o que caçaram, as difficuldades, se as tiveram, onde se deve procurar agua, de comer, etc.<sup>49</sup>

Destacando-se no conjunto da paisagem, os chamados “monumentos” (Figura 2) observados pelo chefe da expedição congregavam em sua estrutura elementos de diversas procedências, como penas e chifres de animais, cascas e folhas vegetais, fios de metal, miçangas e contas, fazendas, entre outros itens. A combinação de substâncias e materiais naturais com artigos manufaturados na composição desses marcos evidencia uma das muitas maneiras como as sociedades centro-africanas se apropriavam e ressemantizavam os produtos advindos do comércio atlântico, revestindo tais objetos de cargas e significados simbólicos.

Recebendo diferentes nomes a partir das designações atribuídas por grupos identitários específicos, esses espaços considerados sagrados dedicados às atividades comerciais e à caça revelam-se como um dos muitos “marcadores simbólicos e funcionais”<sup>50</sup> que constituíam os territórios percorridos pela expedição. Sob essa ótica interpretativa, a pluralidade de marcadores – naturais, religiosos/sagrados, fabricados, históricos e musicais<sup>51</sup> – exerciam, em linhas gerais, funções ligadas à delimitação de fronteiras, à organização da circulação de pessoas e à permanência da memória histórica dessas populações. Assim, tomados apenas como um dos muitos exemplos das formas de intervenção dos espaços centro-africanos, os “monumentos” que despertaram a atenção de Henrique de Carvalho sinalizavam e materializavam identidades e códigos sociais e culturais aos olhos daqueles que se deparavam com esses conjuntos de elementos.

estudo sobre a história das sociedades africanas, ver Vansina (2010, p. 139-166) e Hampaté-bâ (2010, p. 167-212).

44. Joseph Calder Miller (1995).

45. Heintze (2007, p. 557-627).

46. Blier (2011).

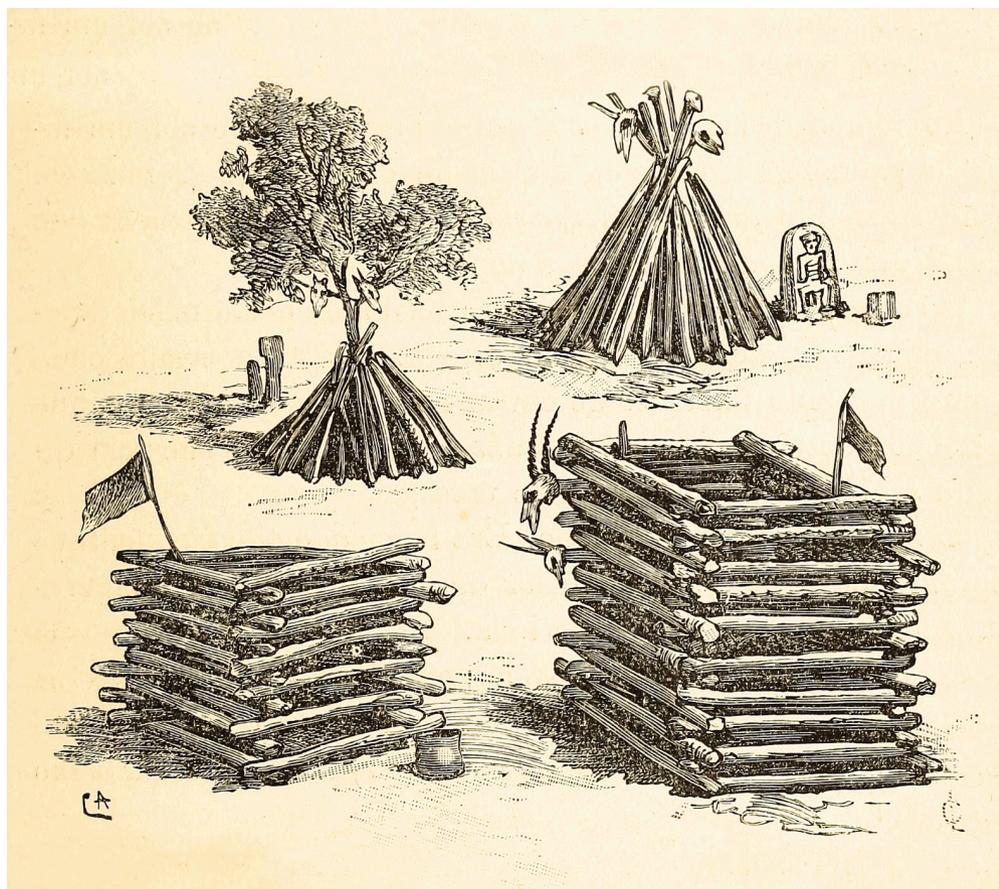


Figura 2 – Muxaela (monumentos de caça). Carvalho (1892, p. 369).

Ainda no que diz respeito às correspondências entre os produtos europeus mais apreciados pelas sociedades centro-africanas e à diversidade de usos e aplicações na vida material das referidas populações, elencamos as contas de vidro como artigos privilegiados para compreendermos os múltiplos níveis de

47. Kopytoff (2010, p. 93).

48. Henriques (2004b, p. 383).

49. Carvalho (1892, p. 367-368). Grifos do autor.

50. Isabel Castro Henriques utiliza este termo em diferentes textos para pensar as dimensões materiais do plano simbólico e desenvolver reflexões sobre os conflitos entre marcadores africanos e europeus na conformação do espaço angolano. Henriques (2004a, p. 9-41).

51. De acordo com as categorias definidas por Henriques (2004a, p. 13).

52. Segundo Dubin (1987, p. 19), os primeiros registros de contas feitas de pedra e conchas datam do período Paleolítico.

53. Nessa linha analítica destacamos, por exemplo, os escritos de Salum (2009, p. 69-76) e Gijanto (2011, p. 637-668).

54. Carvalho (1890b, p. 344).

55. Ainda que ressalte a importância das contas para as sociedades da África Centro-Occidental, Isabel Castro Henriques parece desconsiderar outras possibilidades de usos desses artigos, restringindo sua utilização apenas ao universo simbólico e estético: "Vou recorrer a mais um material que tem sido encarado com alguma

apropriação e ressignificação desses objetos no cotidiano das sociedades que travaram contato com a expedição liderada por Henrique de Carvalho. Cabe destacar que muitos pesquisadores, especialmente dos campos da Arqueologia e da Antropologia, dedicam-se há décadas à análise dessa tipologia de objetos. Encontradas com frequência em túmulos durante escavações arqueológicas, as contas enquadram-se entre os objetos mais antigos produzidos por grupos humanos.<sup>52</sup> Inspirando-nos nas reflexões desenvolvidas por estudos que tomam as contas de vidro como evidências materiais para investigar questões históricas mais abrangentes,<sup>53</sup> acreditamos que um olhar mais atento sobre esses artigos é capaz de fornecer elementos para pensarmos como um mesmo objeto pode comportar diversos significados a partir dos sentidos sociais que lhes são atribuídos.

De acordo com as categorizações que o major português propõe em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* acerca dos diferentes tipos de adornos observados durante a viagem:

Entre os objectos de adorno, ha uns considerados como distinctivos de auctoridade; outros que se usam constantemente e de necessidade, em virtude de superstições, attribuindo-se-lhes o dom de afastarem maleficios, doenças, accidentes, e que podem classificar-se como amuletos, e outros finalmente que são adornos. D'estes os que são de missangas e contaria simplesmente enfiada, e que facilmente se soltam, podem considerar-se como entre nós um pecúlio, e a que se recorre para satisfação de qualquer necessidade ou appetite inesperado, se lhes faltam outros recursos.<sup>54</sup>

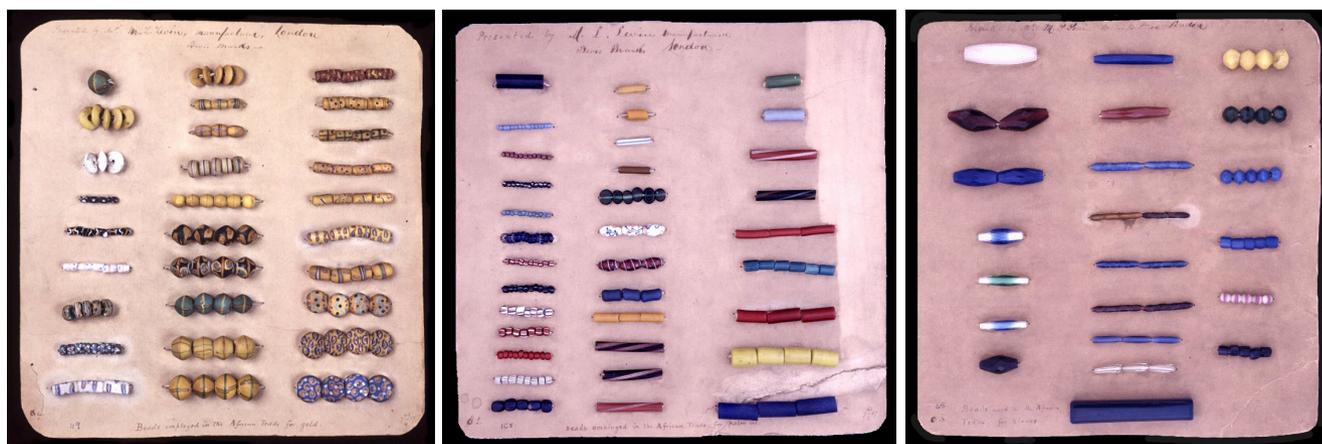
Assim, se pela ótica de muitos viajantes europeus os diferentes tipos de contaria poderiam, ao mesmo tempo, serem concebidos como meras "quiquilharias" que, no entanto, configuravam-se como itens indispensáveis para serem comercializados nos sertões, para boa parte das sociedades centro-africanas descritas por Henrique de Carvalho, os mesmos objetos assumiam papel essencial na composição de espaços considerados sagrados, na produção de adornos, amuletos e insígnias de poder e também poderiam desempenhar, em muitas situações, função monetária, como aponta o excerto. Desse modo, acreditamos que a diversidade de usos que as chamadas contas vítreas possuíam na região e no período abordado nos impede de adotar uma visão compartimentada sobre esses artigos, na medida em que suas utilizações não se restringiam ao plano "simbólico" ou "utilitário",<sup>55</sup> mas, sim, transitavam entre distintas esferas de valor, de acordo com as demandas impostas por variados contextos.

Produzidas desde a Antiguidade a partir de diferentes materiais (âmbar, pedras preciosas, prata, ouro, conchas e faiança, por exemplo), a intensa circulação das contas feitas de vidro por diferentes partes do globo remonta, no entanto, às primeiras tentativas de estabelecimento de transações comerciais entre europeus e africanos, ainda no século XV. Vale destacar que, antes da introdução de contas europeias, muitas populações do continente africano já tinham acesso às contas vítreas provenientes da Ásia (especialmente da Índia) que circulavam por meio das caravanas de mercadores árabes que dominavam o comércio estabelecido entre o Índico e a costa da África Oriental. De acordo com Lois Dubin,

se na Europa as contas de vidro ocuparam, entre os períodos da Renascença e da Revolução Industrial, um papel secundário na produção de ornamentos, foi por meio das trocas comerciais travadas em espaços não europeus que sua difusão atingiu significativas proporções.<sup>56</sup> Nessa época, Veneza, Boêmia e Amsterdã figuravam como os principais centros produtores de contas vítreas direcionadas para o comércio atlântico.<sup>57</sup> Apresentando estilos formais e cromáticos muito heterogêneos, as contarias permaneceram, ao longo dos séculos, como um dos artigos que mais obtiveram aceitação em distintas regiões da África e da América.<sup>58</sup>

Além da menção em diversas narrativas de viagem sobre o continente africano, a relevância dessas miudezas na dinâmica das negociações comerciais também pode ser atestada por meio da existência de catálogos ingleses (Figuras 3, 4 e 5), elaborados no século XIX e destinados à África Ocidental, que continham uma vasta gama de contarias e indicavam as respectivas mercadorias (escravos, óleo de palma, marfim, ouro, entre outros) que poderiam ser permutadas por contas vítreas específicas.<sup>59</sup>

displícência, na medida em que não o integramos nas matérias dispondo de uma dupla dignidade: a da matéria e da função. Quero referir-me às miçangas e às pérolas de vidro, que os franceses desqualificam sob o termo genérico de *verroterie*. [...]. Do ponto de vista estritamente utilitário, estes materiais não apresentam o mínimo interesse, mas, do ponto de vista simbólico, são eles **i n d i s p e n s á v e i s**: combinando as cores e as formas, os africanos criam o sistema decorativo, que se destina a exaltar o corpo, que permite dar provas de inventividade, operação que reforça a beleza dos



Figuras 3, 4 e 5 – Trade beads. British... (2016).

Perante esse cenário, poderíamos afirmar que esses itens se configuravam como peças fundamentais na aquisição de mão de obra escravizada e de matérias-primas que nutriam as potências imperiais europeias, como Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica, na corrida pelo progresso industrial. No entanto, seria equivocado restringirmos o uso das miçangas apenas como moeda de troca na obtenção de mão de obra escravizada e gêneros coloniais por parte de agentes do comércio europeu. Itens essenciais para todos aqueles que se internavam em terras africanas,<sup>60</sup> os diferentes tipos de contarias apresentaram-se muitas vezes como elementos extremamente importantes para a realização de atividades que não tinham como finalidade declarada o comércio, como as ações missionárias, por exemplo.

Ao se debruçar sobre relatos de religiosos instalados na zona do Cabo, na África Austral, entre fins do século XVIII e início do XIX, o pesquisador norte-

corpos". Henriques (2003, p. 35-36). Grifo da autora.

56. Dubin (1987, p. 101).

57. Segundo Dubin (1987, p. 106-107), embora houvesse núcleos voltados para a produção de contas vítreas em diferentes regiões da Europa, as contas venezianas predominaram no comércio atlântico até o início do século XX.

58. Lagrou (2013, p. 18-49).

59. O acervo disponível *online* do British Museum, em Londres, possui diversos catálogos dessa natureza

contendo informações sobre local de produção, data de fabricação e tipo de material empregado na confecção das chamadas “trade beads”. A coleção foi adquirida pelo British Museum em 1865 por meio de Moses Lewin Levin, comerciante londrino cujas importações e exportações de contas de vidro operaram entre meados do século XIX e início do século XX. British... (2016). Ver também Dubin (1987, p. 108-109) e Salum (2009, p. 70).

60. A historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach destaca a importância das contas vítreas como itens imprescindíveis no pagamento dos acordos feitos entre europeus e os poderes africanos para a exploração das minas de Bembe na década de 1850. Wissenbach (2015, p. 193-194).

61. “Africans preferences for certain types, colours and sizes of beads were not as fixe or as constant as these letters might suggest. The demand for certain colours or types of beads varied tremendously (...). The

americano Roger Beck discute como protestantes e metodistas, diante das dificuldades enfrentadas nesses espaços, acabaram por conjugar atividades religiosas e mercantis a fim de garantirem a sobrevivência de suas famílias e o êxito das missões. Partindo desse escopo, o autor argumenta que, dentre os principais bens importados, as contas vítreas eram os artigos mais aceitos tanto como pagamento dos trabalhadores que serviam as missões quanto nas negociações travadas com as autoridades africanas do interior. Ao longo de seu estudo, Beck também chama a atenção para os registros que os religiosos elaboravam acerca das predileções das populações locais acerca das contas de vidro e de como tais preferências oscilavam constantemente.<sup>61</sup>

Diante do que foi exposto, notamos como as contas assumiram um lugar de destaque na lista de produtos mobilizados por mercadores, expedicionários e missionários que almejavam adentrar zonas do continente africano em diferentes contextos. Nesse sentido, cabe indagar quais eram os critérios de valor atribuídos pelas sociedades centro-africanas a esses artigos específicos obtidos por meio dos contatos estabelecidos com os europeus. Partindo dessa linha de análise, torna-se também possível relativizar certas perspectivas historiográficas que, entre outras hipóteses, sustentavam a ideia de que o continente africano era um mero receptáculo das “bugigangas” do comércio europeu, discussão travada por autores como Philip Curtin,<sup>62</sup> John Thornton<sup>63</sup> e Stanley Alpern<sup>64</sup> sobre os impactos das manufaturas europeias nos arranjos africanos.

A leitura das obras da expedição, especialmente *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãnvua e Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*, fornece elementos para explorarmos essa questão. Distribuídas ao longo da viagem à Lunda como pagamentos entre os carregadores ou presentes para autoridades africanas, as contas vítreas configuravam-se como um dos artigos mais solicitados e apreciados pelos distintos grupos sociais com que Henrique de Carvalho teceu relações.<sup>65</sup> A preferência por esse artigo pode ser verificada tanto pelas constantes menções feitas por Henrique de Carvalho sobre seu emprego em objetos vinculados ao repertório político das populações contatadas, como também em diversos exemplares de insígnias de poder que integram a coleção etnográfica da expedição. Nesse sentido, chamam-nos a atenção os adornos para a cabeça como as *milúinas* (Figura 6), o *tubare* (Figura 7) e o *muquíqui* (Figura 8). Apresentando formato cilíndrico, confeccionadas com fibras vegetais, contas vítreas, búzios e tecidos, essas três insígnias eram muitas vezes usadas em conjunto pelos dignitários lundas que ostentavam o título de Muata.

Vale pontuar que a mobilização de produtos europeus na composição de insígnias de poder revelou-se como mecanismo relativamente comum entre diferentes conformações políticas do continente africano, como demonstra Suzanne Preston Blier. Ao atentar para a importância de se reconhecer as representações materiais e simbólicas no processo de construção de identidades políticas em distintas sociedades da África Ocidental e Central, a pesquisadora chama a atenção para a adoção de elementos estrangeiros na composição de objetos

vinculados ao poder em diversos grupos. Segundo Blier, a incorporação de materiais oriundos do exterior estava relacionada ao interesse que os soberanos africanos manifestavam em acessar e, de certo modo, apropriar-se, de conhecimentos e técnicas provenientes de terras distantes.<sup>66</sup>

missionary, and others traders, had to keep abreast of these local predilections, as well as the desires of those societies deeper in

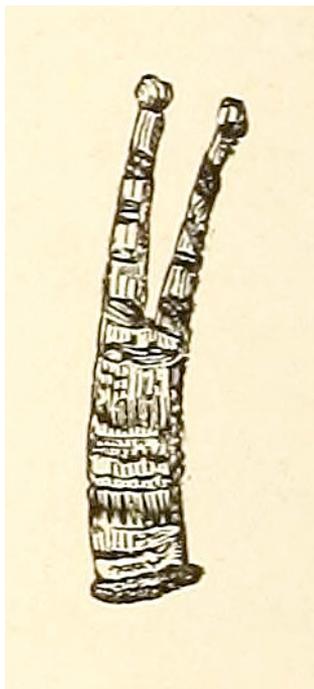


Figura 6 – Miluínas. Carvalho (1890b, p. 338).

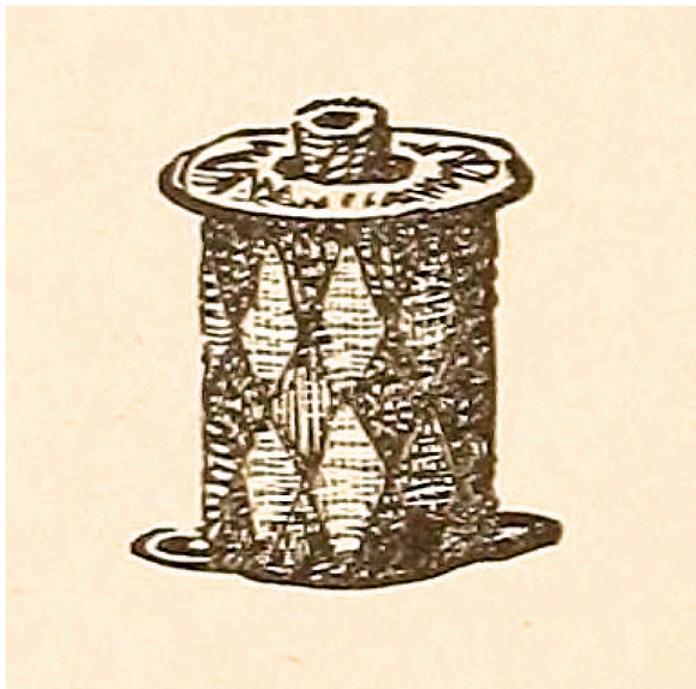


Figura 7 – Tubare. Carvalho (1890b, p. 339).



Figura 8 – Muquíqui. Carvalho (1890b, p. 339).

A presença de contas vítreas de diferentes tamanhos, modelos e cores (com predominância para as cores vermelha, branca e azul), que integram certas peças vinculadas ao exercício político de autoridades lundas, descortina uma das muitas facetas das apropriações e ressignificações desses artigos importados no seio das populações centro-ocidentais africanas. Extremamente valorizados, esses itens estrangeiros eram identificados como bens de prestígio aos olhos daqueles que ocupavam elevada posição social e política. De acordo com Henrique de Carvalho, muitas das insígnias que possuíam contarias em sua composição eram confeccionadas pelos próprios dignitários lundas, especialmente aqueles que detinham o título de Muatiãnvua e Muatas, que, “mesmo em audiências ordinárias, entretêm-se em fazer alguns trabalhos de mãos, como esteiras, cestas, chapéus, e também obras de missangas, como *miluína*, *muquíxi*, *faxas*, etc.”.<sup>67</sup>

Podemos inferir que, ao elegerem como símbolos de distinção política e social objetos de natureza compósita<sup>68</sup> – que congregavam tantos elementos locais (fibras vegetais), quanto itens importados (contas, tecidos e taxas de latão) –, as autoridades que integravam o Império Lunda comunicavam, perante outros grupos culturais centro-africanos e representantes estrangeiros, que seu poder

the interior to whom the beads might eventually be traded. The missionaries' letters indicate that the tastes in beads varied from mission to mission, society to society and year to year." Beck (1989, p. 220).

político emanava, entre outros fatores, das relações estabelecidas entre o Império e as redes do comércio europeu.

Os relatos de Henrique de Carvalho ainda dão conta de que certas tonalidades de contas eram, muitas vezes, descritas por meio de analogias que as sociedades centro-africanas estabeleciam entre os matizes cromáticos desejados e os elementos da natureza local:

Tratando-se das côres de missangas elles dizem clara como ceu, escura como agua do Luembe, teem portanto a idea do azul claro e do azulioio; e da mesma sorte do verde, quando dizem: claro como *chiquenguele* («folha da abóbora») e escuro como *ditamba* («folha de mandioca»); do amarello: claro como *mutenganhe* («abóbora»), escuro como *chissumpe* («caça para agua»), etc, e para o vermelho já teem a palavra *sunza*.<sup>69</sup>

Para além da confecção de adornos, amuletos, enfeites corporais, esculturas e insígnias de poder, isto é, em expressões identitárias permeadas por elementos simbólicos e rituais,<sup>70</sup> os diversos tipos de contas também assumiam função monetária em determinadas situações, como podemos notar no seguinte trecho:

As missangas e contaria grossa constituem a maior riqueza das mulheres, que transformam o corpo em verdadeiras montras [vitrines], em que se vêem contas de todas as côres, formas e grandezas, que o commercio portuguez para lá tem levado. Algumas vi que de certo eram de facturas muito antigas, pois o nosso commercio já ahi as não leva.

Os homens também as usam numas tribus mais do que em outras, porém apenas em uma a duas fiadas, ao pescoço e nas tranças do cabelo, e duas a três fiadas grossas na cintura. Também nos pulsos ou nos delgados das pernas trazem ás vezes uma até duas fiadas.

As mulheres que possuem estas riquezas e mesmo os homens recorrem a ellas muitas vezes, quando não teem outro recurso, tirando algumas missangas ou contas de que precisam para comprarem o seu pedaço de carne, peixe e mesmo malufu ou *marra* (garapa).

Tiram apenas as que são restrictamente precisas na occasião. Sei que Mucanza (o Muatiãnvua interino), querendo comprar no Calãhi um pouco de sal para me mandar, tirara do cabelo quatro contas grandes apipadas.

As mulheres teem a sua riqueza contada, e a falta de uma missanga ou conta é para a possuidora motivo de grande tristeza, chora muito; é uma falta irreparável, pelo que chega a chamar adivinhos a quem tem ás vezes de pagar muitas missangas, o que lhes não importa, para saberem quem lhe quer mal, se foi feiticeiro ou ladrão, inclinando-se mais para suppor que foi por artes d'aquelle que soffreu esse desgosto.<sup>71</sup>

Acreditamos que a leitura da passagem fornece indícios para explorarmos as diferentes atribuições de significados sociais e econômicos às contas de vidro, itens que possuíam grande aceitação não só no plano das relações comerciais afro-europeias, mas que desempenhavam um papel relevante na vida cotidiana das populações locais mencionadas. Amplamente apreciadas como adorno por mulheres e homens, as contas vítreas observadas por Henrique de Carvalho também revelam, de certa maneira, a passagem do tempo e, conseqüentemente, a historicidade das interações travadas entre portugueses e das

sociedades centro-africanas, na medida em que o chefe da expedição estabelece uma distinção visual entre miçangas mais recentes “que o commercio portuguez para lá tem levado” e contarias de “facturas muito antigas, pois o nosso commercio já ahi as não leva”. Como o excerto possibilita afirmar, exibidas como sinal de riqueza pelas mulheres, a importância das contas transcendia a composição de enfeites, já que, em muitas situações, eram também mobilizadas como recurso monetário<sup>72</sup> entre as populações locais para a obtenção de gêneros alimentícios. A pluralidade de usos e sentidos sociais atrelados a esses itens permitem compreender, portanto, como as contas vítreas foram ressemantizadas por parte das sociedades da África Centro-Occidental descritas pela expedição.

## 7. Considerações finais

Ponto de partida para nossas reflexões, as narrativas da expedição chefiada por Henrique de Carvalho à região da Lunda se apresentam como valiosas fontes para apreendermos as transformações históricas operadas na África Centro-Occidental no último quartel do XIX, momento marcado pela intensa movimentação de países europeus no interior do continente. Diante de diversos horizontes interpretativos que os relatos da expedição descortinam, a análise sobre os lugares ocupados pela cultura material nas publicações abordadas desponta como um dos muitos atalhos possíveis para compreendermos as interações sociais mantidas entre as populações africanas e os europeus nas últimas décadas dos Oitocentos.

Como buscamos demonstrar, as detalhadas descrições sobre o repertório material das populações que habitavam o Império da Lunda correspondiam aos anseios científicos manifestados pelo chefe da viagem em tentar apreender os diversos setores e aspectos da vida social dos povos com quem a expedição travou contatos. Acompanhadas da atividade de recolha etnográfica de variadas peças para a formação de uma coleção, as observações de Henrique de Carvalho sobre os diversos artefatos produzidos especialmente por grupos lundas, quicós e congos permitem compreender como os objetos provenientes de espaços não europeus foram instrumentalizados como evidências dos “estágios de civilização” dessas populações. Por meio das considerações elaboradas por Henrique de Carvalho, pudemos notar como os apontamentos sobre a cultura material se deram a partir das interpenetrações entre os objetivos científicos, comerciais e políticos sustentados pela expedição. No entanto, para além de reconhecermos os objetos como fontes para a construção de um “saber colonial”, acreditamos que os olhares do militar português sobre a cultura material descrita nas obras da incursão à Lunda também dão vazão para pensarmos como a interpretação sobre esses mesmos objetos podem abrir caminhos para outras leituras.

Ao longo deste artigo, buscamos compreender como as distintas referências acerca das contas de vidro existentes nas publicações da viagem à Mussumba do Muatiãnvua podem descortinar uma série de possibilidades

62. Curtin (1975, p. 312).

63. Thornton (2004, p. 88).

64. Alpern, (1995, p. 5-6).

65. Dentre a ampla variedade de contas, as vermelhas com detalhes brancos, conhecidas como Maria II, nome da rainha que governou Portugal entre 1834 e 1853, eram muito valorizadas pela corte lunda. Wissenbach (2011, p. 78).

66. Blier (2011, p. 30).

67. Carvalho (1890b, p. 61).

68. Jorge (2008, p. 49).

investigativas no que diz respeito à compreensão das relações travadas entre as expedições europeias e as populações centro-africanas no final do século XIX. Situando-se no entrecruzamento entre olhares de cunho etnográfico e apontamentos comerciais, as diversas menções às contas vítreas presentes nas obras analisadas nos habilitam entender como os objetos – a partir de suas múltiplas circulações, apropriações e ressignificações – transitaram por distintos domínios de valor e foram agenciados por europeus e africanos.

## REFERÊNCIAS

### FONTES IMPRESSAS

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua – De Loanda ao Cuango*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890a. 1 v.

\_\_\_\_\_. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua – Do Cuango ao Chicapa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua – Do Chicapa ao Luembe*. Lisboa: Typographia do Jornal As Colónias Portuguezas, 1893. 3 v.

\_\_\_\_\_. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua – Do Luembe ao Calanhi e Regresso a Lisboa*. Lisboa: Typographia do Jornal As Colónias Portuguezas, 1894. 4 v.

\_\_\_\_\_. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua: Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890b.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. Instruções: por que se deve regular o major do exercito Henrique Augusto Dias de Carvalho na Missão ao potentado africano Muata Ianvo. In: CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua – De Loanda ao Cuango*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 35-42. 1 v.

### LIVROS, ARTIGOS E TESES

ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.

ALPERN, Stanley. What Africans Got for Their Slaves: A Master List of European Trade Goods. *History in Africa*, Cambridge (UK): Cambridge University Press, v. 22, p. 5-43, 1995.

APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Trad. Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2010.

69. Carvalho (1890b, p. 713).

70. Rosário; Martins (1989, p. 13).

71. Carvalho (1890b, p. 335-336). Grifos do autor.

72. É relevante pontuarmos que a utilização da conta como moeda não se configura como peculiaridade dos grupos sociais centro-africanos descritos pelo chefe da expedição. Segundo alguns estudos empreendidos por pesquisadores dedicados ao assunto, o emprego das contas como dinheiro parece ter sido uma prática observada entre sociedades que habitavam diferentes regiões da África. Para considerações sobre esse tipo de uso na costa oriental africana, ver, respectivamente, Graeber (1996, p. 4-24) e Pallaver (2009, p. 20-29).

BARRINGER, Tim; FLYNN, Tom (Org.). *Colonialism and the Object: Empire, Material Culture and Museum*. Nova York; Londres: Routledge, 1998.

BECK, Roger. Bibles and beads: missionaries as traders in Southern Africa in the early nineteenth century. *The Journal of African History*, Cambridge (UK): Cambridge University Press, v. 30, n. 2, p. 211-225, 1989.

BLIER, Suzanne Preston. *Las Artes de los Reinos de África*. Madri: Akal, 2011.

BRITISH MUSEUM. Collection online. Disponível em: <[http://www.britishmuseum.org/research/collection\\_online/search.aspx?searchText=trade+beads](http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/search.aspx?searchText=trade+beads)>. Acesso em: 3 ago. 2016.

BRUNDSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. Trad. Joel João da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2006.

COOMBES, Annie. *Reinventing Africa: Museums, Material Culture, and Popular Imagination in Late Victorian and Edwardian England*. New Haven; Londres: Yale University Press, 1994.

COSTA E SILVA, Alberto da (Org.). *Imagens da África: da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CURTIN, Philip. *Economic change in precolonial Africa: Senegambia in the era of the slave trade*. Madison: UWP, 1975.

DIAS, Jill. "Angola nas vésperas da abolição do tráfico de escravos (1820-1845)". In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (Orgs.). *Nova História da expansão portuguesa, vol. X: O império africano, 1825-1890*. Lisboa: Estampa Editorial, 1998, pp. 321-378.

\_\_\_\_\_. Caçadores, artesãos, comerciantes, guerreiros: os cokwe em perspectiva histórica. In: BASTIN, Marie Louise. *A Antropologia dos Tshokwe e povos aparentados*. Porto: FLUP, 2003, p. 17-47.

\_\_\_\_\_. Relações portuguesas com as sociedades africanas em Angola no século XIX. In: ALEXANDRE, Valentim (Org.). *O império africano: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, p. 69-93.

DUBIN, Lois Sherr. *The History of Beads: from 30.000 B.C to the Present*. Nova York: Harry N. Abrams, Inc., 1987.

EDWARDS, Elizabeth; GOSDEN, Chris; PHILLIPS, Ruth (Org.). *Sensible Objects: Colonialism, Museums and Material Culture*. Oxford; Nova York: Berg, 2006.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

FRANÇOZO, Mariana Campos. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

FREUDENTHAL, Aida. Voz de Angola em tempo de Ultimato. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro: Candido Mendes, v. 23, n. 1, p. 135-169, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n1/a06v23n1.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

GIJANTO, Liza. Personal Adornment and Expressions of Status: Beads and the Gambia River's Atlantic Trade. *International Journal of Historical Archaeology*, [S.l.]: [s.n.], v. 15, n. 4, p. 637-668, 2011.

GRAEBER, David. Beads and money: notes toward a theory of wealthy and power. *American Ethnologist*, [S.l.]: [s.n.], v. 3, n. 1, p. 4-24, 1996.

HAMPATÉ-BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História Geral da África: Metodologia e Pré-história da África*. Brasília: Unesco, 2010, p. 167-212. 1 v.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudo sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

HENARE, Amiria. *Museums, Anthropology and Imperial Exchange*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

HENRIQUES, Isabel Castro. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950). *Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB*. Brasília: UnB, v. 12, n. 1-2, p. 9-41, 2004a.

\_\_\_\_\_. *O pássaro do mel: estudos de História Africana*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.

JORGE, Lia Santos. *A coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo e conservação e restauro*. Lisboa, 2008. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Instituto Universitário de Lisboa (IUL).

JORGE, Lia Santos. Plano de conservação e restauro da colecção Henrique de Carvalho. In: AIRES-BARROS, Luís (Coord.). *Memórias de um explorador: a colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, p. 234-243.

KEIM, Curtis; SCHILDKROUT, Enid (Org.). *The Scramble for Art in Central Africa*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Objects and Agendas: Re-collecting the Congo. In: \_\_\_\_\_; SCHILDKROUT, Enid (Org.). *The Scramble for Art in Central Africa*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1998, p. 1-36.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Trad. Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2010, p. 89-121.

LAGROU, Els. No caminho da miçanga: arte e alteridade entre os ameríndios. *Enfoques – Revista dos Alunos do PPGSA-UFRJ*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 12, n. 1, p. 18-49, jun. 2013. Disponível em: <[http://issuu.com/revistaenfoquesufrj/docs/vol12\\_1](http://issuu.com/revistaenfoquesufrj/docs/vol12_1)>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

MILLER, Joseph Calder. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional; Ministério da Cultura, 1995.

PALLAVER, Karin. "A Recognized Currency in Beads". Glass Beads as Money in 19th-Century East Africa: the Central Caravan Road. In: EAGLETON, Catherine; FULLER, Harcourt; PERKINS, John (Ed.). *Money in Africa*. Londres: British Museum, 2009, p. 20-29.

PEARCE, Susan (Org.). *Interpreting Objects and Collections*. Londres: Routledge, 1994.

PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. Introdução. In: AIRES-BARROS, Luís (Coord.). *Memórias de um explorador: a colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012a, p. 21-27.

\_\_\_\_\_. Levantamento científico. In: AIRES-BARROS, Luís (Coord.). *Memórias de um explorador: a colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012b, p. 124-147.

PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

PERPÉTUO, Natacha Catarina; GONÇALVES, Maria Teresa; SALES, Fátima. Sisenando Marques e Júlio Henriques: a coleção de plantas angolanas no Herbário da Universidade de Coimbra. In: AIRES-BARROS, Luís (Coord.). *Memórias de um explorador: a coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012, p. 221-233.

RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013.

RODRIGUES, Eugénia. Ciência europeia e exploradores africanos: a viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida ao Kazembe. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos. Exploração científica em África na época colonial*, Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, n. 17, p. 81-102, 2. sem. 2011.

ROSÁRIO, Maria do; MARTINS, Rodrigues (Org.). *Adornos africanos como entidade cultural*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos; Instituto de Antropologia, 1989.

SALUM, Marta Heloísa Leuba. Por mais que sejam belas, que dizem simples contas? In: *Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Belém: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2009.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola –século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A era dos museus de etnografia no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005, p. 113-136.

STOCKING, George (Org.). *Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1985.

TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *História, memória e identidade: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola*. Lisboa: 2009. 337 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História Geral da África: Metodologia e Pré-história da África*. Brasília: Unesco, 2010, p. 139-166. v. 1.

VANSINA, Jan. *Art History in Africa: an Introduction to Method*. Londres: Longman, 1984.

WESSELING, Henk. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Trad. Celina Brantt. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2008.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840. *Afro-Ásia*, Salvador: UFBA, n. 43, p. 43-90, 2011.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840 a 1870). *Revista de História*, São Paulo: FFLCH/USP, n. 172, p. 163-195, jan.-jun. 2015.

Artigo apresentado em 30/10/2016. Aprovado em 28/02/2017